

Dos povoadores aos “filhos da terra”: a dinâmica da sociedade caboverdiana.

O povoamento do arquipélago começou por se estabelecer na sua maior ilha, Santiago (1462) e uns anos mais tarde na ilha vizinha do Fogo. A sociedade que aí se organizou e desenvolveu seria composta por dois grandes estratos: o dos europeus e o dos africanos.

O primeiro grupo, numericamente minoritário, era constituído por reinóis portugueses, castelhanos e genoveses provenientes de origens sociais diversas. Além dos aventureiros, incógnitos mercadores, marinheiros rudes, degredados chegaram aquelas ilhas escudeiros, cavaleiros, criados do rei, fidalgos que optaram por se estabelecer temporária ou definitivamente naquele arquipélago distante.

Foram os europeus que impuseram o modelo de sociedade no espaço recém - povoado, transferindo para as ilhas, com algumas adaptações a estratificação social do Reino. Para compreender o papel desempenhado por este grupo na organização social, económica e administrativa das ilhas torna-se necessário distinguir os sub-grupos que o compunham. Isto porque a origem ou ascensão social de cada um deles lhes estabeleceu direitos e deveres que marcaram a formação da sociedade insular nascente.

No topo da hierarquia social situavam-se os moradores-vizinhos de Santiago. Quando se iniciou o povoamento do arquipélago faziam parte desse grupo todos os homens que atraídos pela situação geográfica da ilha, aliciados pelos privilégios comerciais doados pela Coroa, aí se estabeleceram com suas mulheres e a maior parte de seus bens. Eram também moradores de Santiago todos aqueles que servissem ofícios régios ou camarários que lhes

permitissem “viver razoavelmente”.¹ Com o aparecimento da primeira geração de ilhéus serão considerados moradores todos os indivíduos livres naturais da ilha; os que fossem perfilhados por moradores e os casados com mulheres da terra.

O estatuto de morador-vizinho de Santiago propiciava ao seu portador, através da carta real de 1466², o privilégio de armar para a costa da Guiné. Mas para usufruir plenamente desse direito era preciso que o morador possuísse os recursos financeiros necessários para alugar ou comprar o navio, adquirir as mercadorias, pagar e alimentar a tripulação. Isto é, tornava-se necessário ter capacidade de “armar”. Esta pré-condição económica teve como consequência o fomento desde o início do povoamento das ilhas, de um estrato social privilegiado, os armadores, que se destacaram entre os moradores de Santiago.

A armação de navios para a Costa da Guiné proporcionou aos membros deste grupo social a direcção do resgate das mercadorias africanas. Os moradores de Santiago, que usufruíam do privilégio de comerciar na costa dependiam da iniciativa dos armadores como organizadores e financiadores das viagens marítimas de alto mar. Eles não só controlavam o circuito entre Cabo Verde e a Costa da Guiné como também se ocupavam do escoamento, quer interno quer externo, das mercadorias trazidas pelas suas armações.

Com os limites aos privilégios, impostos pela Coroa em 1472, os moradores de Santiago foram obrigados a comerciar na costa africana, apenas com mercadorias “que de suas novidades e colheitas da dita ilha ouverem”³. Este facto que impeliu os armadores a virarem-se para o interior da ilha e investirem no fomento da produção interna (agricultura, pecuária, artesanato,

¹ *Ordenações Manuelinas*, liv. I, tit. XXI, Fundação Gulbenkian, ed. fac-similada, 1984.

² ANTT, *Místicos*, liv. 3, fls. 58vº-59, 12 de Junho de 1466, *História Geral de Cabo Verde-Corpo Documental*, citado *infra* HGCV-CD, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa-Praia, 1988, doc. 2, pp. 15-16.

³ ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 2vº.-4, 8 de Fevereiro de 1472, *ibid.*, doc.8, pp. 31-33,

etc..) levou-os a acumular as funções de proprietários rurais. Esta foi também a razão primordial que os moveu a povoar a ilha do Fogo com escravos resgatados na costa, tornando-a numa grande produtora de algodão, mercadoria indispensável ao comércio com o continente fronteiro.

Assim podemos dizer que os chamados “armadores” agiram na sociedade do arquipélago de Cabo Verde nos séculos XV e XVI, como armadores, comerciantes e senhores da terra. Este domínio polivalente das actividades económicas internas e externas do arquipélago permitiu-lhes desempenhar um papel preponderante na formação e estruturação da sociedade.

O poder económico decorrente do controlo das actividades produtivas das ilhas, aliado ao domínio pessoal sobre uma clientela dependente e servil, conferiu ao armador-proprietário rural um grande ascendente dentro da sociedade insular. Cada um deles dispunha assim do seu séquito, composto de indivíduos por ele protegidos aos quais “/.../ dava de comer /.../ na sua mesa e todo o agasalhamento necessário /.../”⁴.

A existência dessas clientelas fornecia aos armadores-homens ricos um instrumento que lhes permitia comportarem-se como “homens poderosos”. Este poder era usado na defesa de seus interesses, em confronto com os vários níveis da estrutura administrativa do arquipélago.

As eleições dos membros dos Conselhos Camarários das vilas da Ribeira Grande, Alcatrazes, Praia e São Filipe do Fogo eram realizadas pelos e entre os moradores das mesmas. Assim eram escolhidos, para os cargos de juizes ordinários e vereadores, os indivíduos de maior prestígio e riqueza. A participação na administração das Câmaras conferia aos eleitos os meios para influenciar e manobrar os poderes locais. Os homens, que já controlando

⁴ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Doações e Privilégios, liv. 45, fl. 62vº, doc. 1, 11 de Julho de 1533.

a economia das ilhas, não deixaram de se apoiar na autoridade assim conferida para interferirem também politicamente.

A participação no Conselho das Câmaras das Ilhas foi frequentemente usada abusivamente pelos seus membros. Amaro Mendes, morador e juiz na ilha do Fogo, foi acusado pelo seu procedimento controverso visto que era “/.../ um dos homens poderosos na dita vila e que nela é muitas vezes juiz pela camara e rico e abastado /.../ e que sendo juiz como quer mal a alguém indevidamente faz querelas dele afim de o destruir /.../ e quando não é juiz ameaça as pessoas dizendo eu serei juiz para (o) ano /.../ e que asy sendo juiz como não sendo agasalha em sua casa gente de mau titulo /.../ e homens que espancam homens e fazem resistencia as justiças /.../”⁵.

A participação activa e o controlo, que os “homens poderosos” tinham na administração dos municípios do arquipélago, conferiu-lhes uma certa autonomia de acção relativamente aos representantes do poder central em Cabo Verde. Isto situou as Câmaras numa posição de confronto constante com os agentes e oficiais da Coroa.

Os corregedores do rei nas ilhas, como oficiais régios e representantes da sua justiça, não eram escolhidos entre os moradores; o período curto de serviço não lhes permitia firmar ligações de interesses económicos, sociais ou familiares no arquipélago. Por isso estes agentes reais, especialmente bem pagos para que recusassem o suborno, causavam sentimentos de hostilidade ao grupo social que aspirava a exercer todos os poderes na sua terra adoptiva. Apenas se sujeitavam a dar contas directamente ao Rei. Isto é bem explicito na carta dos “homens bons” da Ribeira grande ao Secretário do Reino em 1512: “ E também, Senhor, nos é dito que Sua Alteza, a

⁵ ANTT, *Chancelaria D: Sebastião e D. Henrique*, Perdões e Legitimações, liv. 36, fls. 177v^o-178, 3 de Abril de 1588.

requerimento de seus rendeiros, quer mandar corregedor a esta terra, o que será (de) pouco serviço de deus e seu se tal se fizer, porque os corregedores que já cá vieram todos deram de si mau testemunho, e uns morreram outros foram de cá empregados, outros presos por mandado de Sua Alteza e outros todos foram por mal cabo, cousa que fizeram nunca veio ao lume, mas antes danaram esta terra e desrespeitaram o povo em tal maneira que puseram a terra em muita estreite(za) “⁶.

Por seu lado os corregedores munidos, em Lisboa, de autorização vão dispostos a impor a lei e a ordem na sociedade insular e várias vezes se queixaram ao Rei da insubordinação de seus moradores. Assim, Pero Guimarães, que serviu no arquipélago de 1512 a 1517, apresenta-nos a difícil posição do representante da justiça real, no desempenho do seu cargo de corregedor e nas relações que mantinha com os súbditos do Rei nas ilhas: “E olhe Vossa Alteza e seja lembrado (de) se informar que os outros corregedores que a esta Ilha vieram como foram tratados /.../ que nenhum a ela não veio que pudesse acabar de vos servir seis meses do ano /.../ Creia Vossa Alteza que nesta Ilha há pessoas que dizem que se o corregedor que Vossa Alteza a ela (Ilha) mandar não for de suas vontades que com mui boas testemunhas falsas o farão sair mais que a passo /.../”⁷. O mesmo oficial lembra ao rei que: “/.../ a condição desta terra é como Vossa Alteza poderá ser sabedor que se fez os Vossos corregedores antepassados que a esta Ilha vieram que uns foram mortos e outros presos e mui mal tratados /.../”⁸.

Estes conflitos entre os corregedores e os moradores atingiam grandes proporções sempre que estes agentes da justiça real não se deixavam corromper pelos “homens poderosos” da terra. Homens de fora parte, eles

⁶ ANTT, *Corpo Cronológico*, I-12-23, 25 de Outubro de 1512, *HGCV-CD*, vol. I, doc. 77, pp. 213-214.

⁷ ANTT, *Corpo Cronológico*, I-36-93, 6 de Maio de 1517

⁸ ANTT, *Corpo Cronológico*, III-9-85, 28 de Maio de 1517

não se identificavam com os interesses locais, porque tinham uma carreira no Reino a defender e eram bem pagos para se manterem fiéis aos interesses da Coroa.

Mais indefesa era a posição dos oficiais régios moradores das ilhas, que tinham que viver no arquipélago, prosseguir aí suas carreiras, sem, no entanto, antagonizar os “homens poderosos”. Se por um lado tinham como dever de ofício a defesa dos interesses da Coroa, por outro, não podiam alhear-se dos interesses do grupo dominante nas ilhas que eram também os seus. Objectivamente se não eram seus membros participavam dele como dependentes ou clientes.

Conhecemos vários exemplos de moradores oficiais régios que, apesar da proibição imposta pelo regimento que regulava os seus cargos, armavam e tratavam com a Costa da Guiné. Homens como Álvaro Dias⁹, almoxarife da Ribeira Grande, André Rodrigues dos Mosquitos, contador das ilhas, Fernão Fiel de Lugo, almoxarife da vila da Praia, João Alemão, capitão da vila da Ribeira Grande e corregedor das ilhas eram membros destacados do grupo denominado por “homens poderosos” da terra.

Destes oficiais régios iremos destacar, o exemplo, de João Alemão, castelhano aceite como morador, visto ter casado com uma mulher da terra. Sendo capitão da Ribeira Grande, foi excepcionalmente nomeado por D. Manuel I para servir de corregedor, tornando-se assim o único morador do arquipélago que ocupou esse cargo /1517-1520/.

Em 1514 João Alemão era um homem rico e abastado que armava para a Costa da Guiné e possuía terras no interior de Santiago. Nesse ano armou e

⁹ Sobre Álvaro Dias ver: Cabral, Iva Maria Vilhena, “A fazenda real, campo de contradição entre a Coroa e os moradores de Santiago: o exemplo de Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande na segunda metade do século XVI”, *Magma*, Mindelo, 1990, nº 5/6, pp. 34-36.

capitaneou pelo menos dois navios e pagou de dízimos da terra, aos rendeiros da ilha, oito quintais de algodão de sua fazenda de São Martinho. Os rendimentos obtidos pelo comércio com a costa africana permitiram a João Alemão possuir o capital necessário para em 1515 arrendar a capitania da Ribeira grande. Ao ocupar o cargo de capitão da dita vila, centro comercial e social do arquipélago, ele adicionou ao poder económico que a sua posição já lhe conferia, o poder político sancionado pelo Rei

É este “homem poderoso” com interesses próprios na economia e na sociedade da Ilha de Santiago, que o Rei nomeia, em 1517, para substituir o corregedor Pêro Guimarães. A reacção deste oficial à nomeação de João Alemão demonstra-nos o descontentamento de quem se sentiu traído pela retaguarda e desautorizado por um homem que “/.../ nem para juiz nem para nenhum outro ofício de julgar não hé nem sabe coisa alguma /.../”¹⁰

Segundo Pêro Guimarães esta não era apenas a sua opinião mas também a dos homens “/.../ principais e juízes e oficiais desta vila da Ribeira Grande /.../” que quando “/.../ souberam como Vossa Alteza me mandava ir e que desse vara ao dito João Alemão me vieram com o requerimento dizendo que eu não fosse nem a dita vara desse ao dito João Alemão até eles lhe fazerem saber a Vossa Alteza como ele não era homem suficiente nem auto para o dito cargo e que era mui odioso aos moradores da dita ilha /.../”¹¹.

A contestação com que foi recebida a nomeação de João Alemão pelos seus conterrâneos, “homens principais, juizes e oficiais” revela a preocupação de um equilíbrio de poderes na sociedade insular. Se para os poderosos da terra era gravosa a vinda para o arquipélago de Cabo Verde de um agente real

¹⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, III-9-85, 28 de Maio de 1517

¹¹ *Ibid.*

para “corregger e emendar” os erros cometidos na administração da justiça, era ainda mais preocupante a acumulação num único homem do cargo de corregedor (principal representante do rei nas Ilhas) com privilégios de morador, poder económico de armador e comerciante e poder político, como membro do grupo dominante. Isto porque a influência que esse cargo lhe proporcionava poderia não ser só utilizada por ele para beneficiar os seus negócios e o “dos seus criados, compadres e chegados”, como também possibilitar-lhe os meios administrativos e políticos para restringir e prejudicar a acção dos seus potenciais concorrentes.

Assim, pode afirmar-se que se, por um lado, os moradores que dominavam a sociedade insular eram renitentes a um controlo dos agentes da Coroa sobre as suas actividades económicas e administrativas, por outro cuidavam de manter um equilíbrio de poderes dentro do grupo e até dentro de todo o espaço insular. O facto de aceitarem mal um corregedor vindo do Reino, não significava que apoiassem o exercício dessa função por um dos seus pares em cujas mãos a justiça poderia significar poder discricionário, retaliações de clientelas, ruptura de acordos tácitos que asseguravam as relações mutuamente vantajosas entre os poderosos. Sociedade jovem, com frequentes situações imprevisíveis e de excepção, Cabo Verde constituía uma área experimental para a administração da justiça em espaços “ultramarinos” dependentes de um poder central que procurava soluções novas, para situações novas.

As ilhas de Santiago e Fogo não eram habitadas apenas por moradores poderosos. Também ali serviram os indivíduos que compunham a clientela desse grupo dominante. Encontramos assim nas vilas do arquipélago além dos oficiais régios e camarários subalternos, tais como os escrivães, os porteiros, os carcereiros, os meirinhos, os guardas da alfândega, outros

moradores que se ocupavam de trabalhos que necessitavam de uma certa especialização e que por isso não podiam ser feitos pelos escravos. Eles eram, pilotos, marinheiros, padeiros, pedreiros, calafates, sapateiros, boticários, cirurgiões, caçadores, açougueiros e barbeiros.

Para uma análise completa das relações sociais e económicas entre os europeus-moradores das ilhas de Cabo Verde é necessário debruçarmo-nos sobre o papel que na sociedade insular cabia à família e em especial à mulher.

Como já foi referido, uma das condições primordiais para se ser vizinho de um lugar era a de se viver nele com a família. Por isso, apesar de ser habitual os portugueses saírem para além-mar sem suas esposas, encontramos frequentemente muitos deles morando nas ilhas com as suas mulheres legítimas e filhos. Estas mulheres mostravam-se activas e capazes de participar nos negócios. Sabemos, por exemplo, que o armador-vizinho de Santiago, António Vaz, era casado com Guiomar Gonçalves que, no ano de 1515 encomendou uma peça de escravos da Costa da Guiné¹². Também a mulher e a filha de Rui Pereira, fidalgo da casa real, vizinho e armador de Santiago, receberam, em 1528, dos Rios de Guiné quatorze escravos e um quintal e meio de marfim¹³.

Mais que isso, existiam nas ilhas, nessa época, mulheres referidas nos documentos não apenas como esposas e filhas dos moradores, mas sim como vizinhas que autonomamente ocupavam na comunidade um lugar próprio. Isto porque possuíam bens pessoais, movimentavam-se na sociedade como agentes económicos e usavam os seus direitos cívicos.

¹² ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516, *História Geral de Cabo Verde-Corpo Documental*, citado *infra* HGCV-CD, vol.II, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa-Praia, 1990, p. 191.

Catarina Sequeira, proprietária, aparece entre os anos de 1514 e 1529 encomendando as armações de Guiné peças de escravos e grandes quantidades de marfim. Escravos para o trabalho agrícola nas suas propriedades rurais e marfim para reexportar para o Reino¹⁴.

Contudo, o exemplo mais significativo da actuação de certas mulheres nos negócios e na vida social das ilhas de Cabo Verde é o de D. Brígida de Gouveia. Esta vizinha de Santiago, casada com o fidalgo e “homem poderoso” Fernão de Melo, tinha na ilha seus próprios interesses económicos. Em 1513 e 1514 D. Brígida armou para a costa africana dois navios em parceria com João Vidão, também vizinho. O “Santa Maria do Cabo” trouxe para além de outras mercadorias dezoito peças de escravos¹⁵ e o “Santa Maria da Vitória” aportou na vila da Ribeira Grande trazendo nos seus porões cento e sessenta e oito escravos e duzentos e dez alqueires de milho¹⁶. Além de armar para o continente fronteiro a mulher de Fernão de Melo era também uma grande proprietária rural, que possuía terras na Ribeira de São Martinho, no interior de Santiago¹⁷. Mesmo depois de viúva, D. Brígida continuou a preencher um importante lugar na sociedade mercantil e proprietária da Ribeira Grande.

Estantes era o nome por que se identificava os homens e mulheres que apesar de não terem tido permanência efectiva nas ilhas, viviam nelas durante um certo tempo com possibilidade de virem a aspirar ao estatuto de moradores. Neste grupo encontravam-se mercadores reinois e castelhanos, feitores de grandes comerciantes de Lisboa e Sevilha, pilotos, mestres e

¹³ ANTT, *Núcleo Antigo* nº 528, 1528, fls. 14v.º, 17v.º, 22, 30, 42, 45v.º, 54v.º, 67.

¹⁴ ANTT, *Núcleo Antigo* nº 757, 1513-1516, *HGCV-CD*, vol. II, p.213; ANTT, *Núcleo Antigo* nº 528, 1528, fls. 6v.º, 70; ANTT, *Corpo Cronológico*, II-155-42, 5 de Maio de 1529.

¹⁵ ANTT, *Núcleo Antigo* nº 757, 1513-1516, *HGCV-CD*, vol. II, p.59.

¹⁶ *Ibd.*, p.80.

¹⁷ ANTT, Chancelaria D. João III, liv. 40, fls. 1698-171, 25 de Junho de 1540, António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, citado *infra* MMA, 2ª série, vol.II, documento 10, pp. 327-339

marinheiros dos navios armados para os Rios da Guiné e profissionais de diversos ofícios mecânicos.

Os mercadores-estantes no arquipélago, desempenharam uma acção importante na sociedade insular. Eram eles que abasteciam as ilhas de géneros europeus de primeira necessidade, tais como os alimentos, os tecidos, os materiais de construção, etc. Estes homens e os feitores dos comerciantes lisboetas e sevilhanos foram os interlocutores privilegiados dos armadores-mercadores vizinhos de Santiago, já que eram eles os que se ocupavam da reexportação das mercadorias resgatadas na Costa da Guiné. Exemplo de mercadores-estantes de Santiago foram Francisco de Leão e seu pai Gonçalo de Leão que além de comerciante era também proprietário de um navio¹⁸. O pai aparece nas fontes documentais em 1513 e podemos segui-lo até 1516¹⁹. O filho actua como mercador na ilha de Santiago, pelo menos, desde 1515, morrendo dez anos depois na vila da Ribeira Grande onde foi sepultado²⁰.

Outra família de mercadores estantes de Santiago foram os irmãos Castanho. Lopo Castanho era mercador e piloto de navios nos anos de 1513-1514²¹; Alexandre Castanho fez negócios em Santiago no ano de 1515²²

Vários estantes actuavam como representantes dos rendeiros das ilhas ou dos comerciantes de Lisboa e Sevilha. Em 1529 Tristão Mendes foi feitor, na vila da Ribeira Grande, dos rendeiros das ilhas de Santiago, Fogo e Maio²³. Em 1538, Afonso Barbeiro, mercador de Lisboa, tinha dois feitores no

¹⁸ ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516, *HGCV-CD*, vol. II, pp. 213, 216-217, 223-226,

¹⁹ *Ibid.*, pp.36, 266

²⁰ Pedra tumular na Igreja de Nossa Senhora do Rosário na cidade da Ribeira Grande, 6 de Dezembro de 1525.

²¹ ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516, *HGCV-CD*, vol. II, pp. 161, 167, 191.

²² *Ibid.*, pp. 121, 163,165.

²³ ANTT, *Corpo Cronológico*, II-140-148, 8 de Maio de 1527.

arquipélago de Cabo Verde. Pêro Barreiro, seu irmão, na capital e Afonso Valencuela na vila de São Filipe do Fogo²⁴.

Na década de cinquenta do século XVI o mercador sevilhano, Juan Nunes de Xeres, teve em Santiago como seus procuradores dois castelhanos. O primeiro foi Fernando de Polanca que abandonou a ilha para se ir instalar na América espanhola. O outro foi Antão Rodrigues, filho do vizinho e grande comerciante de Sevilha, João Rodrigues de Cabo Verde²⁵.

Muitos dos homens do mar, que serviam no circuito Cabo Verde - Costa da Guiné, eram estantes e não moradores. Em 1514 encontravam-se em Santiago como marinheiros-estantes Paio Veloso²⁶ e Fernão Gil²⁷. O mestre do navio “Santo André”, Manuel Álvares, que, em 1528, viajara do porto da Ribeira Grande em direcção à costa africana, para resgatar escravos e outras mercadorias era também estante²⁸.

Além dos indivíduos estantes em Santiago, existia na Ilha uma população flutuante da qual faziam parte os tripulantes e os mercadores reinóis e castelhanos vindos em navios que aportavam à ilha e aí ficavam o tempo necessário para descarregar e carregar as mercadorias ou apenas para o abastecimento em viveres e água.

Faziam igualmente parte do estrato de europeus os cristãos novos, que chegaram ao arquipélago desde o início da sua “colonização”. No Reino, os judeus, pretensamente convertidos, eram os representantes de uma fracção importante da burguesia comercial e financeira. Por isso possuíam os meios necessários para participarem em força no negócio lucrativo que se tornara o trato com a costa africana. Nas ilhas de Cabo Verde eles dedicaram-se à

²⁴ ANTT, *Corpo Cronológico*, III-14-8, Março de 1538.

²⁵ Archivo de Protocolos de Sevilha, *Oficio XV*, *Alonso Cazella*, livro 2º del año 1556, 14 de Novembro de 1556.

²⁶ ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516, *HGCV-CD*, vol. II, pp. 115, 182.

²⁷ *Ibid.*, pp. 116, 156, 287.

exportação das mercadorias resgatadas nos Rios de Guiné, para o Reino, Castela e mais tarde para as Antilhas e o Brasil. Nestes territórios os cristãos novos de Santiago possuíam contactos com mercadores judeus, grandes agentes de uma rede internacional de comércio.

A disponibilidade monetária que os “homens de nação”, tinham para obter o capital necessário ao pagamento das fianças exigidas pela Coroa, no arrendamento das ilhas e do trato da Guiné, fez com que muitos deles se tornassem rendeiros dos direitos reais em Cabo Verde²⁹. Esta posição proporcionava-lhes automaticamente, além dos lucros que obtinham na cobrança dos impostos reais sobre as mercadorias africanas, o privilégio de armarem e comerciarem com a Costa da Guiné.

Em 1512 os “homens bons” da vila da Ribeira Grande, na carta atrás citada para o Secretário do reino, diziam o seguinte: “/.../ os rendeiros das rendas d’El Rei Nosso Senhor, que dizem e poem em pé de verdade que nós com roupas defesas e solbexas armações que fazemos danamos seus tratos de Guiné, o que muito pelo contrario. Se algum mal se faz os cristãos novos que cá são rendeiros fazem todo esto /.../”³⁰.

No entanto, apesar e serem poderosos concorrentes para os armadores e comerciantes de Cabo Verde, os cristãos novos tiveram, até 1531, uma certa protecção real. Com a instauração da inquisição no Reino os “homens de nação” habitantes das ilhas, passaram a ser perseguidos e denunciados. A discriminação religiosa apoiada na autoridade real permitira a qualquer indivíduo acusar os concorrentes, adversários nos negócios ou inimigos de serem cristãos novos.

²⁸ ANTT, *Núcleo Antigo* nº 528, 1528, fls.39, 41.

²⁹ Salvador, José Gonçalves, “*Os Magnatas do Tráfico Negro*”, Pioneira/EDUSP, São Paulo, 1981

³⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, I-12-23, 25 de Outubro de 1512, *HGCV-CD*, vol. I, doc. 77, pp. 213-214.

Exemplo flagrante do uso indiscriminado deste tipo de acusação foi a denuncia feita em 1546, pelos vereadores da Ilha de Santiago numa carta ao (Inquisidor Geral do Reino) na qual pedem que seja mandada a inquisição à ilha porque “/.../ a quarta parte dos que aqui moramos e dos que mais mandam na terra especialmente na alfândega são cristão novos como contador, almoxarifes, escrivães dos contos e almoxarifados, do público e judicial e outros muitos ricos e poderosos com favor dos quais muitos dos plebeus vivem /.../”³¹.

Para os membros dos Conselhos Camarários da ilha de Santiago todos os oficiais ligados à alfândega, quer dizer, todos os indivíduos que tinham por dever de ofício controlar os negócios dos moradores, cobrar os impostos devidos ao Rei eram cristãos novos e por isso puníveis com o degredo e com a perda total de seus bens. Torna-se claro que o medo da denuncia era a melhor forma de neutralizar e controlar os oficiais fieis a seus deveres ou os concorrentes nos negócios. Os cristãos novos das ilhas foram também acusados por esses moradores de proporcionarem aos “homens de nação” fugidos do Reino a possibilidade de se “despacharem”, através dos portos de Santiago, para a Flandres, Gales, Antilhas, S. Tomé, Brasil e Guiné. Expediente de certo usado, dada a rede estabelecida entre os judeus expulsos de Portugal e dispersos pelos mercados europeu, africano e americano.

Na costa fronteira os cristãos novos saídos de Cabo Verde tornavam-se “lançados”. Esta designação ou a de tangomaus era dada aos indivíduos que vindos do Reino e principalmente da ilha de Santiago (europeus, mulatos e às vezes pretos-forros), abandonando suas famílias e suas terras, fixavam-se nos Rios da Guiné, para se dedicarem livremente ao comércio com os reinos africanos. Um dos mais famosos tangomaus das ilhas foi o corregedor Pêro

³¹ Inquisição de Évora, *Livro de Denúncias de 1544-1550*, carta de 1546.

Moniz que por volta de 1550, após ser acusado de cristão novo, fugiu da ilha de Santiago acompanhado de seu escravo. Segundo o denunciante ninguém sabia “/.../ parte dele nem onde he lançado e deixou mulher e filhos e desbaratou sua fazenda toda e escravos /.../”³².

A Coroa desde cedo tentou dificultar ou acabar com a actividade comercial dos “lançados”, porque a não podia controlar. Através de várias leis o rei determinou as punições a eles impostas. As Ordenações Manuelinas decretavam que todos os cristãos que se lançarem na Guiné com os negros “tem para nos perdidas todas as suas fazendas”³³. Em documentos posteriores de D. João III e de D. Sebastião determinava-se que os bens dos lançados falecidos revertiam em favor do Hospital de Todos os Santos de Lisboa³⁴.

Os cristão novos e os tangomauus não eram apenas perseguidos pelas leis do Reino, eram sobretudo vigiados e combatidos pela Igreja. Tal como em todas as áreas de domínio ibérico, os missionários, pontas de lança da fé cristã, aportaram na ilha de Santiago juntamente com os primeiros colonos. Durante muitos anos a igreja no arquipélago foi representada apenas por missionários, por clérigos e por vigários dirigidos por um Vigário Geral. A Diocese de Cabo Verde foi criada somente em 1533, sendo nomeado em 1537 o seu primeiro Bispo, D. Brás Neto, que não chegou a tomar posse. No ano seguinte foi nomeado o segundo Bispo, D. João Parvi que veio a falecer na ilha de Santiago oito anos depois³⁵.

³² ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 25, fl. 365, D.2, 15 de Julho de 1555.

³³ *Ordenações Manuelinas*, liv. 5, tit. CXIII (1984) Edição Fac-similada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

³⁴ ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 26, fls 247-247v.º, Novembro de 1539; ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 15, fls. 47v.º-98, António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 352-354, 25 de Junho de 1542; ANTT, *Confirmações Gerais*, liv.5, fl. 326v.º, 22 de Maio de 1575.

³⁵ Domingues, Angela “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento” *História Geral de Cabo Verde*, citado *infra* HGCV, vol.I, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa-Praia, 1991, p. 119.

A actividade principal da Igreja Católica em Cabo Verde era a assistência religiosa e o controle da sua fé e da sua moral. Mas além dessa actividade ligada ao estrato europeu das ilhas a Igreja e os seus agentes tinham como imperativo a conversão ao cristianismo dos africanos chegados ao arquipélago³⁶.

A maioria esmagadora da população de Cabo Verde era oriunda da Costa de África. Os africanos que convergiam para as ilhas provinham das diferentes etnias (entre elas Jalofos, Mandingas, Banhuns, Buramos, Casangas, Jabundos, Falupos, Arriatas, Balantas, Beafares, Nalus, Guoguolins e Bagas)³⁷ que habitavam os territórios situados entre o rio Senegal e a Serra. Este segundo estrato da sociedade insular era composto na sua maioria por escravos, resgatados na costa fronteira e trazidos compulsivamente para o arquipélago pelos moradores da sua maior ilha.

Se para os europeus a instalação nas ilhas foi estipulada pela busca de enriquecimento e de ascensão social, para os escravos a chegada às ilhas foi traumática e alienante. Os africanos, expropriados de todos os seus bens, direitos e liberdades; arrancados às suas linhagens e à terra dos antepassados; privados de suas identidades e posições sociais, chegavam às ilhas, sem pontos de referência, como cativos, igualados pela escravidão, transformados em mercadoria-propriedade dos moradores.

Assim, situados na base da pirâmide social, os escravos, maioria da população das ilhas, não só eram privados de reproduzir no novo meio as suas estruturas sociais de origem como também a integração na sociedade insular ficava inteiramente sujeita à vontade do senhor. Isto porque a subida

³⁶ Santos, Maria Emília Madeira e Soares, Maria João, "Igreja, Missionação e Sociedade", *História Geral de Cabo Verde*, citado infra HGCV, vol. II, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1995, pp. 359-508

³⁷ Carreira, António, *"Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)"*, 2ª ed., Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Lisboa, 1983

na escala social só era possível ao indivíduo escravo quando por vontade de seu proprietário ele passava a forro.

Entre o ano de 1513-1528, desembarcaram na ilha de Santiago, vindos da costa, em média, 1400 escravos por ano³⁸. Destes, a maioria era utilizada pelos seus donos como mercadoria altamente rentável. Por isso, ficavam nos portos da ilha apenas o tempo necessário para serem exportados para o Reino, Castela e mais tarde para as Antilhas e Brasil. Estes escravos, denominados nas fontes documentais por “peças” não tiveram nenhum papel directo na sociedade insular.

Foram os escravos-povoadores, introduzidos nas ilhas expressamente destinados à execução das tarefas de exploração económica - como principal força de trabalho - os que desempenharam um relevante papel na formação e estruturação da sociedade do arquipélago. A utilização desta mão-de-obra permitiu aos armadores, após a redução dos privilégios em 1472, o fomento da produção interna das mercadorias para o resgate. Os moradores das ilhas de Santiago e Fogo estavam bem cientes da inviabilidade de desenvolvimento económico sem a participação dos escravos. Assim, em 1555, Bartolomeu Machado, morador da Ilha do Fogo afirmava o seguinte: “/.../ é verdade que são as tais terras e fazendas da dita ilha (Fogo) /.../ de tal condição que se nela não há escravos que as alimentem e tratem bem se perdem as ditas fazendas e as terras não dão nada, somente mato e palhas /.../”³⁹

Os escravos rurais destinados de preferência aos trabalhos em que a força física era exigida, surgem-nos como uma massa anónima que apesar de indispensável se comparava às “bestas”. Os escravos domésticos e de ofícios

³⁸ Torrão, Maria Manuel, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: Organização, funcionamento, evolução”, *HGCV*, vol. I, p. 275

³⁹ Institutos Religiosos, *Ordem de Cristo*, Mº 98, doc. 10, fls. 1-8vº.

especializados eram identificados pela ligação personalizada que tinham com os seus proprietários.

Esta diferença no relacionamento entre o senhor e os seus escravos resulta numa valorização destes. É o que fica patente, por exemplo, na execução da fazenda e bens de Fernão Fiel de Lugo em 1536. Nele o ex-almojarife da vila da Praia dá para “/.../ penhor e segurança quinhentas cabeças de gado vacuum /.../ e assy /.../ doze peças de escravos machos e femeas boçais novos e assi oito peças outros de escravos de seu serviço e uma moça de casa por nome Catarina e outra Inês e outra que se chama por alcunha Pereira e outra que se chama Catarina Vaqueira /.../ e assi outra que se chama Maria Fiel e assi um mestre de açúcar, escravo seu que se chama Bastião /.../”⁴⁰.

Temos aqui três grupos de escravos que são claramente diferenciados. Os escravos rurais “machos e fêmeas” que podem ser “boçais”, ainda não rentáveis, ou estarem há algum tempo a serviço do proprietário e por isso serem caros; os escravos domésticos (principalmente escravas), claramente identificados na documentação com seus nomes próprios e os escravos de ofícios especializados. Apesar da documentação não ser prolixa sobre estes últimos, pensamos que a especialização de escravos em actividades diversas devia ser muitas vezes utilizada. Isto porque os europeus que se estabeleceram nas ilhas foram na sua maioria os que procuravam lucros através de comércio com a costa africana. Eram poucos os que exerciam nelas actividades mecânicas. Para colmatar esta falta os poucos mestres brancos que habitaram o arquipélago ensinaram aos escravos as suas profissões. Assim o mestre de açucares Afonso Pires diz num documento datado de 1541 que “/.../ não havia (nas Ilhas) outro mestre homem branco senão ele somente e escravos que ele ensinava /.../”⁴¹.

⁴⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, II-206-49, 26 de Fevereiro de 1536.

⁴¹ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 8, fl. 69vº, doc. 2, 1 de Fevereiro de 1541.

Mas a profissão mais peculiar para um escravo era sem dúvida a do “escravo-mercador”. Isto porque estes escravos não só detinham a confiança do senhor, como gozavam de uma certa liberdade de acção. Eles viajavam para a costa, aí faziam a negociação e traziam na torna-viagem outros escravos para as ilhas. Nesta condição encontrava-se Duarte, escravo de João Vaz que em 1513 conduziu para a Ribeira Grande 14 escravos pertencentes ao seu proprietário. João Vaz, morador e grande proprietário tinha entre os anos de 1513-1516, além de Duarte, sete escravos que iam a seu serviço resgatar nos rios de Guiné⁴².

Apesar das condições específicas em que se encontravam, muitos destes escravos terão aproveitado a oportunidade e ficado na costa tentando regressar às suas famílias e terras. Um deles foi Damião, escravo de Rodrigo Álvares de Obidos (almoxarife da Ribeira Grande) que por volta de 1528 “/.../ indo em um navio de seu senhor /.../ se deixou ficar em Guiné e foi para el Rei da Casa Mansaa /.../”⁴³.

Ficaram-nos provas de casos de revolta de escravos contra a condição de cativo em que se encontravam. Alguns verdadeiramente dramáticos: Carla, escrava de Amaro Mendes morador na ilha do Fogo, “tomava teima que antes queria morrer que ser cativa e que não havia de comer nove dias para morrer e que do dia que a açoitara a vinte dias morrerá /.../”⁴⁴.

Mas a resistência a escravidão não foi somente individual e passiva. Apesar de não nos terem ficado informações sobre rebeliões de escravos semelhantes às que tiveram lugar na ilha de S. Tomé por essa época,

⁴² ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516, HGCV-CD, vol. II, pp. 70,177.

⁴³ ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 2, Doações e Privilégios, fl. 281, doc. 2, 29 de Março de 1548.

⁴⁴ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 12, fl. 146, doc. 2, 17 de Novembro de 1541.

sabemos que os moradores de Cabo Verde as temiam as medidas necessárias para as evitar.

Em 1549 são perdoados pelo Rei, Bento Lopes e Rui Gomes, juizes ordinários da vila de S. Filipe do Fogo, julgados por terem condenado à morte por enforcamento a um escravo cujo nome era Brás. Como razão para este acto os juizes alegaram que “/.../ o dito Brás era de qualidade que avia de sair livremente da cadeia /.../ e sendo fora /.../ avia de fazer muitos maiores roubos e insultos e tinha arte para se fazer outro mocambo como o de São Tomé e ajuntar para isso negros que na dita ilha de Cabo Verde são mais que os brancos /.../”⁴⁵.

Os moradores das ilhas tinham razões para recear o surgimento entre os escravos de um indivíduo com capacidades de liderar um “ajuntamento” de fujões-revoltosos. Isto porque a fuga, principal e mais eficaz meio de se subtrair ao cativeiro, era usada correntemente pelos escravos do arquipélago de Cabo Verde.

Eles refugiavam-se nas serras das ilhas de Santiago e Fogo, proscritos pela ordem estabelecida e temerosos de serem a qualquer momento recapturados. No ano de 1528 o almoxarife da vila da Ribeira Grande pagava 300 reais por cada escravo fujão capturado⁴⁶. Seis anos mais tarde, Tomé Falcão, morador e proprietário rural, era nomeado para meirinho da serra de Santiago. Tinha como incumbência a “caça” e captura dos escravos fugidos. O seu ordenado (20.000 reais por ano cada) e o de dois homens a seu serviço (“6000 reais por ano cada um”) eram pagos a meias pela feitoria real de Santiago e pelo Conselho da Câmara da Ribeira Grande⁴⁷. Esta nomeação demonstra-nos que, apesar das condições geográficas não serem favoráveis a rebeliões de escravos, violentas e ameaçadoras, como as que ocorreram na ilha de S.

⁴⁵ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 78, fls. 261vº-262, doc. 2, 5 de Janeiro de 1544.

⁴⁶ ANTT, *Núcleo Antigo nº 528*, 1528, fl. 67.

⁴⁷ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Doações, liv. 7, fl. 10vº, doc. 1, 21 de Março de 1534.

Tomé, os moradores da cidade da Ribeira Grande, aterrorizados com as quadrilhas de fujões que atacavam as vilas em busca de alimentos, estavam dispostos a pagarem e bem a um funcionário para as combater.

A alforria constituía o meio legal para sair da condição de escravo. Eram geralmente libertos os escravos domésticos e os que tinham relações próximas com os seus proprietários. Assim Francisco Dias, morador e escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande declarou no seu testamento que “/.../ tem dois escravos um por nome de António que he em Guiné e outro por nome João Salvão que he em Portugal os quais ele forra e há por forro deste dia para todo o sempre porquanto os criou e ho têm bem servido /.../”⁴⁸.

A sociedade bipolarizada que nos surge nos textos escritos do século XVI, não reflecte toda a complexidade dos estratos e das relações humanas em Cabo Verde. Na verdade para além do morador-mercador europeu, sabemos da existência de moradores oficiais mecânicos e marinheiros, e para lá do escravo africano vislumbramos o alforriado, o africano livre que nunca conheceu a condição de escravo e o mulato. Todos estes indivíduos mantinham poucos contactos com a administração régia e a documentação enviada das ilhas para as instâncias superiores da Corte, fazem-lhes poucas referências. Eles não passavam procurações, não faziam negócios registados no notário, nem pagavam impostos sobre transacções comerciais e propriedades rurais. Por isso surgem em principio, na documentação como suplicantes, perdoados ou legitimados, isto é, recebem cartas de perdão ou legitimação.

⁴⁸ ARM, Misericórdia do Funchal, 684, fls. 785-790 vº, Alberto Vieira, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, p. 460, 23 de Outubro de 1559.

Os alforriados, quando não exerciam funções especializadas ou de confiança de seus senhores, tinham grandes dificuldades em se adaptar à nova condição de libertos. Isto porque com a utilização quase generalizada da mão-de-obra escrava no campo e nos trabalhos domésticos, lhes eram deixados poucos espaços de inserção na sociedade. Eles tornavam-se mendigos ou formavam a clientela, dependente e servil, dos homens poderosos dispostos a “matar e espancar”⁴⁹ a mando de quem lhes desse “comida e agasalhamento”⁵⁰.

Os homens pretos livres e forros (nascidos ou não no arquipélago) que exerciam um ofício ou beneficiavam da confiança das seus antigos senhores chegaram a ocupar cargos modestos na administração e a colaborar nas operações comerciais da costa da Guiné que requeriam conhecimento local.

Na administração eles foram os carcereiros ou os “homens de serviço”. Assim, em 1521, o “homem preto” Domingos Menino exercia a função de guarda da cadeia da vila da Ribeira Grande⁵¹. No ano de 1537 era carcereiro da ilha do Fogo, o “preto forro” Francisco Afonso⁵². O escravo alforriado Francisco Negro servia no ano de 1528 em Santiago de “homem do meirinho” com ordenado de dois cruzados por mês ⁵³.

No circuito comercial Cabo Verde - Rios de Guiné, os homens pretos forros foram principalmente utilizados como marinheiros e línguas. Em 1528, António Nunes, “marinheiro preto” servia num navio armado em Santiago⁵⁴. Onze anos mais tarde, Tristão Dias, “preto forro”, nascido e criado na ilha, era

⁴⁹ ANTT, *Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique*, Perdões e Legitimações, liv. 36, fls. 177v.^o-178, 3 de Abril de 1558.

⁵⁰ *Inquisição de Evora*, Livro de Denúncias, 1544-1550, 1546.

⁵¹ ANTT, *Corpo Cronológico*, II-94-169, 28 de Fevereiro de 1521

⁵² ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 7, fls. 121 v.^o-122, doc. 2, 17 de Setembro de 1548.

⁵³ ANTT, *Corpo Cronológico*, II-154-71, 16 de Junho de 1528

“marinheiro mestre” de um navio que saindo de Cabo Verde ia resgatar na costa africana⁵⁵.

A profissão de interprete (língua) foi a ocupação que mais proporcionou aos “homens pretos” do arquipélago a possibilidade de uma ascensão social e económica. É o caso de Diogo Gonçalves que como “língua de Guiné” (no tempo de D. Manuel) conseguiu os meios para se tornar, em Santiago, armador e proprietário rural⁵⁶. Exercendo a mesma profissão nos anos de 1513-1516 encontrava-se Sebastião Álvares, “homem preto”, morador e proprietário em Santiago⁵⁷.

Paralelamente a lenta e difícil inserção dos “homens pretos” (livres ou forros) o advento do mulato como elemento específico e original das ilhas, foi preponderante para a evolução histórica da sociedade em Cabo Verde. Com o surgimento destes “filhos da terra”, nascidos das relações desiguais entre os dois estratos raciais originários, a bipolarização da sociedade insular atenuou-se.

Os mulatos, filhos de pais europeus e mães negras ou “baças” situaram-se em vários níveis da estrutura social do arquipélago.

Eram escravos quando, não reconhecidos como filhos por seus senhores, herdavam das mães o estatuto de cativos. Tornavam-se homens livres, quando aceites pelos seus pais e alforriados.

Estes mulatos forros juntamente com os filhos das “mulheres pretas” ou mulatas livres engrossavam o número cada vez mais significativo dos moradores não europeus das ilhas.

⁵⁴ ANTT, *Núcleo Antigo nº 528*, 1528, fl. 6v.º.

⁵⁵ ANTT, *Corpo Cronológico*, II-229-122, 16 de Setembro de 1539.

⁵⁶ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Doações, liv. 45, fl. 62v.º, doc. 1, 11 de Julho de 1533.

⁵⁷ ANTT, *Núcleo Antigo nº 757*, 1513-1516, *HGCV-CD*, vol. II, pp. 59, 152.

A Legitimação⁵⁸ foi um dos principais meios de ascensão social dos mulatos no arquipélago de Cabo Verde. Geralmente, eram os filhos adulterinos, bem identificados, aceites e educados pelos pais europeus, os que dirigiam os pedidos de legitimação ao Rei. Normalmente a carta régia apenas legitimava, podia, no entanto, por vezes conceder o direito de herdar os bens e a fortuna. Por isso ao solicitar a legitimação o requerente afirmava ser “ /.../ homem honrado /.../ rico e abastado e que sempre se tratou e trata como cavaleiro e pessoa de qualidade /.../”⁵⁹. Sem reivindicar os bens paternos os mulatos pediam ao Rei que suprisse “/.../ todos os defeitos da sua nascença para poder gozar de todas as liberdades do dito seu pai /.../” como se legítimo fosse⁶⁰.

André madeira, morador de Santiago, filho de um clérigo de missa e de uma escrava forra, solicita ao Rei eu o legitime “/.../ por honras e para poder herdar o que algumas pessoas lhe dar quisessem e assim ofícios e as mais coisas dos legítimos /.../ salvo herdar do dito seu pai /.../”⁶¹.

Gaspar da Costa, vizinho e morador de Santiago, filho da escrava Luísa Afonso e de Jorge da Costa (casado), cavaleiro fidalgo da Casa do Rei, pede carta de legitimação para poder “/.../ gozar das honras, privilégios e liberdades e nobreza do dito seu pai /.../”. Estes direitos são lhe devidos porque o dito cavaleiro fidalgo o “/.../ mandou bautizar e sempre o teve, criou e tratou como seu filho e por filho do dito Jorge da Costa foi conhecido de todas as pessoas /.../”⁶².

⁵⁸ Sobre a legitimação de filhos mulatos pelos portugueses ver: Maria Emília Madeira Santos, “Mulatos: Sua Legitimação pela Chancelaria Régia no Século XVI”, *Studia* 53, IICT-CEHCA, Lisboa, 1993.

⁵⁹ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 26, fl.181v.^o, doc. 2, 25 de Novembro de 1556.

⁶⁰ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 12, fl. 200, doc. 1, 24 de Fevereiro de 1547.

⁶¹ ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 26, fl.181v.^o, doc. 2, 25 de Novembro de 1556.

⁶² ANTT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 27, fl. 279v.^o, doc.1, 22 de Maio de 1557.

O que Gaspar da Costa pretendia com a carta de legitimação era herdar do pai os direitos civis que lhe permitiriam, através da confirmação real, ascender oficialmente ao grupo dominante da sociedade insular.

A partir da década de quarenta do século XVI, os mulatos e os “homens pretos” livres adquirem a capacidade de pressionar a administração local e central para obterem o lugar na sociedade que lhes era devido como “filhos da terra”. Assim, em 1546 os homens “baços” e pretos, moradores de Santiago, agradecem ao Rei ter-lhes feito mercê de entrarem nos ofícios do Conselho da Câmara para servirem os cargos correspondentes, defendendo assim a sociedade em geral e o povo miúdo em particular. Os signatários da carta achavam que com eles no Conselho “/.../ a terra seria melhor corregida e resguardada no campo e os pobres seriam senhores do seu e não seriam pela gente e familiares dos poderosos vexados, e não teriam os escravos fugidos ânímos para se poerem em quadrilhas e virem fazer danos nos que pouco podem, porque nisto teríamos todo o cuidado e vigia /.../”. Também teriam como membros da Câmara um importante papel político a desempenhar já que “/.../ quando algumas pessoas poderosos quisessem vexar os seus corregedores o não consentiríamos /.../”⁶³.

Com o início da decadência do comércio com a Costa da Guiné, resultante da concorrência, os lucros que os habitantes das ilhas auferiam com os resgates deixara de ser para os reinóis um meio rápido de enriquecimento pela mercancia. Por isso, a renovação do contingente de homens brancos torna-se insuficiente, criando uma situação favorável à ocupação pelos mulatos e “pretos livres”, de posições antes exclusivamente reservadas aos europeus. Aqueles começam assim a preencher os lugares vagos dentro da

⁶³ ANTT, Corpo Cronológico, I-78-17, 26 de Maio de 1546, António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. I, doc. 117, pp. 386-387.

administração régia e do poder local. Tal facto não deixou de ter a sua correspondência no plano económico. Isto porque, entre outras razões, muitos dos filhos legítimos dos homens poderosos, não encontrando nas ilhas os mesmos atractivos que haviam levado seus pais a fixar-se ali e ali morrer, ficaram no Reino e deixaram aos filhos ilegítimos a administração daquelas terras avaras e daquele comércio inseguro.

Tanto bastou, porem, para criar uma sociedade em que o tempo e a coexistência se encarregaram de diluir a heterogeneidade original e permitiram que viesse a emergir a consciência de pertencer à mesma terra.